

LAUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Icomalpi Indústria de Máquinas Piva e Piva Ltda/Primos
Equipamentos Industriais Ltda
(Grupo Icom)



QUEM SOMOS NÓS?

A LFBoff foi idealizada com o propósito de trazer um novo modelo de assessoria para empresas, através de uma metodologia customizada e direcionada a resultados.

No mercado desde 2008, com trabalho pautado na ética e no profissionalismo, a LFBoff é uma empresa inovadora que facilita o dia a dia de seus clientes, gerando parcerias duradouras saudáveis.

Buscamos através de equipe multidisciplinar, composta por especialistas de diversas áreas, altamente qualificados, de larga experiência profissional e sólida formação acadêmica, que as melhorias alcançadas contribuam significativamente para a profissionalização da empresa, alcançando o sucesso desejado.

Nossa dedicação, experiência, seriedade, metodologia e resultados de sucesso alcançados demonstram o alto nível de profissionalismo da LFBoff.

Com foco direcionado na capacitação de equipes, nas áreas de finanças e controladoria, diagnóstico empresarial, projetos de viabilidade, reestruturação econômica-financeira, assessoria tributária e treinamentos corporativos, a LFBoff buscar implantar modernas técnicas de gestão e de indicadores de desempenho, de forma rápida e objetiva, permitindo a potencialização dos pontos fortes, minimizando riscos, tornando a tomada de decisão mais ágil, eficiente e eficaz para o gerenciamento do negócio.

1. Introdução

Considerando que, em razão da Recuperação Judicial, as *Recuperandas* buscam superar suas atuais crises econômico-financeiras e promover a reestruturação de suas atividades empresariais, este plano tem por finalidade:

1. Assegurar a continuidade e a regularidade das operações;
2. Permanecer como agente gerador de renda, tributos e postos de trabalho;
3. Reorganizar, de forma sustentável, o cumprimento de suas obrigações junto aos credores.

O propósito fundamental deste **PLANO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA** é comprovar, de maneira clara e objetiva, a efetiva capacidade de recuperação, demonstrando sua aptidão operacional para atingir os objetivos estabelecidos, ao longo do horizonte temporal previsto, considerando-se as premissas aqui adotadas.

2. Delimitação do escopo

A opinião emitida pela LFBoff Assessoria Estratégica reflete apenas sua expectativa quanto às operações da empresa em recuperação judicial, com base em sua experiência técnica e nas informações analisadas. Assim, este relatório não constitui garantia de êxito na efetivação do plano de recuperação judicial apresentado. As análises e projeções contidas neste material estão sujeitas a incertezas e a fatores externos e internos, inclusive eventos imprevisíveis e circunstâncias alheias ao controle da própria companhia.

As estimativas poderão não se concretizar em razão de riscos inerentes ao mercado, variações climáticas, questões operacionais ou fatores conjunturais, cuja gestão é de inteira responsabilidade da administração da empresa. Este documento não deve ser interpretado como aconselhamento jurídico, nem como recomendação de investimento, concessão de crédito ou garantia de solvência ou adimplemento das *Recuperandas*.

Este material foi elaborado com base em informações fornecidas diretamente pelas empresas e em projeções internas revisadas por elas, além de dados públicos de mercado. A LFBOff Assessoria Estratégica não realizou auditoria independente ou validação das demonstrações financeiras apresentadas, sendo essas de responsabilidade exclusiva dos administradores da companhia. Tampouco é de sua competência revisar, auditar ou opinar tecnicamente sobre os dados financeiros fornecidos. Dessa forma, a LFBOff não assume qualquer obrigação ou responsabilidade pela veracidade, completude ou precisão das informações fornecidas, cuja responsabilização cabe exclusivamente às *Recuperandas*.

A LFBOff Assessoria Estratégica não poderá ser responsabilizada por eventuais prejuízos ou lucros cessantes de credores ou terceiros que venham a tomar decisões estratégicas com base neste documento, seja para fins de negociação com as *Recuperandas* ou para fins de aprovação do plano de recuperação. Qualquer decisão de voto ou posicionamento deverá ser pautado na análise independente de cada parte interessada, com o suporte técnico que julgar necessário.

Por fim, a LFBOff Assessoria Estratégica reserva-se o direito de revisar as projeções aqui contidas caso ocorram alterações significativas nas variáveis econômicas, operacionais, climáticas ou mercadológicas, inclusive em decorrência de ajustes no plano de recuperação judicial ou outras condições que impactem as premissas utilizadas no estudo.

3. As Recuperandas

Icomalpi Indústria de Máquinas Piva e Piva Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 09.174.356/0001-16, com sede na Rua A, S/N, Linha São Sebastião, município de Xanxerê/SC.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 09.174.356/0001-16 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 23/10/2007
NOME EMPRESARIAL ICOMALPI INDUSTRIA DE MAQUINAS PIVA E PIVA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ICOM HIDROMECHANICA			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 28.69-1-00 - Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 77.32-2-02 - Aluguel de andaimes 46.63-0-00 - Comércio atacadista de Máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças 46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente 28.29-1-99 - Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios 33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais 33.14-7-10 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente 25.99-3-02 - Serviço de corte e dobra de metais 71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia 43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras 25.39-0-02 - Serviços de tratamento e revestimento em metais 25.39-0-01 - Serviços de usinagem, tornearia e solda 71.20-1-00 - Testes e análises técnicas 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R A	NUMERO S/N	COMPLEMENTO *****	
CEP 89.820-000	BAIRRO/DISTRITO LINHA SAO SEBASTIAO	MUNICIPIO XANXERE	UF SC
ENDEREÇO ELETRÔNICO FINANCEIRO@ICOMHIDROMECHANICA.COM.BR		TELEFONE (49) 3433-9420	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 23/10/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL 			
SITUAÇÃO ESPECIAL RECUPERACAO JUDICIAL		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	09.174.356/0001-16
NOME EMPRESARIAL:	ICOMALPI INDUSTRIA DE MAQUINAS PIVA E PIVA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
CAPITAL SOCIAL:	R\$ 240.000,00 (Duzentos e quarenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	CLAUDIO PIVA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	JOSE PIVA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 29/07/2026 às 16:58:43 (data e hora de Brasília).

Primos Equipamentos Industriais Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 25.260.883/0001-08, com sede na Rua Reinaldo Fernandes Streb, nº 669 – Sala 01-, Bairro Primo Tacca, município de Xanxerê/SC.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA				
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 25.260.883/0001-08 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 21/07/2016
NOME EMPRESARIAL PRIMOS EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PRIMOS EQUIPAMENTOS				PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 33.14-7-99 - Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada				
LOGRADOURO R PORTO ALEGRE		NÚMERO 427 D	COMPLEMENTO SALA 708 EDIF LAZIO EXECUTIVO	
CEP 89.802-130	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CHAPECO	UF SC	
ENDEREÇO ELETRÔNICO PRIMOSEQUIPAMENTOS@GMAIL.COM		TELEFONE (49) 2020-0147		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/07/2016	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL RECUPERACAO JUDICIAL			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	25.260.883/0001-08
NOME EMPRESARIAL:	PRIMOS EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
CAPITAL SOCIAL:	R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ELISANGELA PIVA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 30/07/2026 às 09:02:57 (data e hora de Brasília).

O grupo construiu sua trajetória a partir do ano de 2007, quando José Piva e Valdecir Chilantti constituíram a Indústria e Comércio de Máquinas Alemão e Piva, na cidade de Catanduvás – SC. Desde sua origem, a empresa direcionou suas atividades à fabricação e comercialização de máquinas e equipamentos, inicialmente com atuação predominante no setor madeireiro, estruturando-se sob um modelo de gestão familiar e baseado na experiência técnica de seus fundadores.

Em 2009, após a retirada de Valdecir Chilantti do quadro societário, Ademir Piva, irmão de José Piva, ingressou na sociedade. Em decorrência dessa alteração, a empresa passou a adotar a denominação Icomalpi Indústria de Máquinas Piva e Piva. No mesmo período, foi inaugurada a primeira filial na cidade de Xanxerê – SC, movimento que representou uma importante etapa de expansão territorial e operacional. Posteriormente, Claudio também passou a integrar a sociedade, reforçando a natureza familiar da administração empresarial.

No ano de 2010, a unidade matriz localizada em Catanduvás foi incorporada à filial de Xanxerê, que passou a concentrar as principais atividades da empresa e a funcionar como sua nova sede. Embora a companhia ainda mantivesse operações destinadas ao setor madeireiro, já se observava uma mudança relevante

em seu posicionamento estratégico, com o crescimento progressivo das vendas de máquinas e equipamentos destinados ao setor de geração de energia, segmento que passou a assumir papel predominante em suas receitas.

O ano de 2011 representou um marco de maior visibilidade e reconhecimento para a companhia, especialmente em razão da celebração de um contrato de expressiva relevância com a Pequena Central Hidrelétrica Rio dos Índios. A operação ampliou a presença da empresa no mercado de geração de energia e demonstrou sua capacidade técnica para atender projetos de maior complexidade e porte.

Nesse mesmo contexto de expansão, buscando maior eficiência tributária e melhores condições de acesso a linhas de crédito, foi constituída a empresa Primos Equipamentos. A nova sociedade foi inicialmente formada por Meiry e Elisangela, filhas dos sócios Ademir Piva e José Piva, respectivamente. Posteriormente, com a retirada de Ademir Piva da estrutura societária do grupo, também foi ajustada a saída de Meiry da sociedade da Primos Equipamentos.

Entre os anos de 2014 e 2015, o crescimento das atividades operacionais passou a ser limitado pela insuficiência de espaço físico. Diante dessa necessidade, surgiu a oportunidade de participação em edital promovido pelo Poder Público municipal para a concessão de um terreno destinado à instalação da empresa. Após a obtenção da área, a companhia iniciou a implantação de uma nova estrutura, sendo nesse imóvel que atualmente se encontra localizada sua matriz.

Contudo, entre 2015 e 2016, o setor de geração de energia atravessou um período de retração, afetando diretamente o volume de negócios, a estabilidade financeira e a própria composição societária da companhia. Ao mesmo tempo, a empresa enfrentava o risco de perder o terreno obtido por meio do edital

caso não cumprisse as obrigações relacionadas à implantação da unidade industrial dentro das condições e dos prazos estabelecidos.

Nesse cenário, parte da construção do novo barracão foi viabilizada por meio de financiamento, enquanto a parcela restante foi custeada com recursos provenientes do capital de giro da própria empresa. Embora necessária para preservar o imóvel e garantir a continuidade do projeto de expansão, essa decisão provocou severa redução da liquidez operacional, comprometendo recursos que seriam utilizados no financiamento das atividades correntes e contribuindo para o aumento do endividamento empresarial.

A partir de 2016, buscando maior eficiência tributária, ampliação da presença comercial e melhor posicionamento logístico, o grupo promoveu nova expansão por meio da abertura de três filiais, localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná. A estruturação dessas unidades permitiu à companhia alcançar novos mercados e ampliar sua área de atuação, mas também elevou os custos fixos, as despesas administrativas e a complexidade de gestão do grupo econômico.

No período compreendido entre 2016 e 2025, embora a Icomalpi tenha preservado sua capacidade produtiva e mantido reputação estável no mercado, passou a enfrentar dificuldades para contratar com clientes de maior porte. Essa limitação reduziu o acesso a projetos mais expressivos e restringiu a possibilidade de obtenção de contratos capazes de proporcionar maior escala, previsibilidade de receitas e recuperação das margens operacionais.

Diante desse contexto, verifica-se que a crise econômico-financeira do grupo decorreu da sobreposição de diversos fatores ao longo de sua trajetória, entre os quais se destacam a retração do setor de geração de energia, os elevados investimentos realizados na implantação da atual unidade industrial, o emprego de recursos do capital de giro na construção do barracão, a expansão territorial por meio da abertura de filiais e a dificuldade de acesso a contratos com grandes clientes. A conjugação desses elementos provocou deterioração gradual da liquidez e aumento substancial do passivo empresarial.

A trajetória do grupo evidencia, contudo, uma empresa com relevante capacidade técnica, experiência acumulada na fabricação de máquinas e equipamentos e presença consolidada nos setores madeireiro e de geração de energia. Sua história demonstra aptidão para desenvolver projetos de maior complexidade, ampliar mercados e adaptar sua estrutura operacional às oportunidades surgidas ao longo dos anos.

Nesse sentido, o emprego de instrumentos legais de reestruturação, inclusive mediante Recuperação Judicial, mostra-se potencialmente adequado para proporcionar o ambiente necessário à renegociação do passivo, à reorganização das operações e à continuidade das atividades empresariais. A preservação do grupo representa não apenas a manutenção de uma unidade produtiva com quase duas décadas de atuação, mas também a proteção de sua função social, de sua cadeia de fornecedores, de seus colaboradores e da atividade econômica desenvolvida nas regiões em que o grupo está inserido.

3.1.1 Relato da crise e contexto mercantil

Apesar da trajetória de crescimento construída desde 2007 e da experiência adquirida na fabricação de máquinas e equipamentos para os setores madeireiro e de geração de energia, as *recuperandas* passaram a enfrentar uma crise econômico-financeira decorrente da combinação de fatores operacionais, societários, financeiros e mercadológicos que comprometeram sua liquidez e capacidade de pagamento.

A expansão das atividades tornou insuficiente a estrutura física então disponível, levando a empresa, entre 2014 e 2015, a obter, por meio de edital público, um terreno destinado à instalação de sua atual matriz. Para cumprir as condições estabelecidas e evitar a perda do imóvel, a construção do novo barracão foi parcialmente financiada e parcialmente custeada com recursos do próprio capital de giro.

Embora necessária à continuidade e ao crescimento das operações, essa decisão reduziu de forma significativa a disponibilidade financeira da companhia. Recursos destinados à aquisição de matérias-primas, ao pagamento de fornecedores e à manutenção das atividades correntes foram direcionados à implantação da nova unidade, aumentando a dependência de crédito e contribuindo para o endividamento.

Esse processo coincidiu com a crise enfrentada pelo setor de geração de energia entre 2015 e 2016. A retração de investimentos e a redução de novos projetos afetaram diretamente a demanda por máquinas e equipamentos, justamente quando esse segmento já representava parcela relevante do faturamento da empresa. A queda das vendas, somada aos investimentos realizados na nova estrutura, aprofundou o desequilíbrio financeiro.

No contexto mercantil, embora o setor metalúrgico permaneça aquecido e apresente oportunidades de crescimento, as empresas enfrentam exigências cada vez maiores relacionadas à qualificação profissional, atualização tecnológica, inovação, sustentabilidade ambiental e competitividade internacional. A escassez de mão de obra especializada eleva os custos de contratação e retenção de profissionais, enquanto a evolução dos processos industriais exige investimentos contínuos em equipamentos, automação, engenharia, sistemas de controle e capacitação técnica.

A crescente demanda por novas ligas metálicas, materiais de maior desempenho e soluções industriais mais eficientes representa uma oportunidade para o grupo, mas também impõe a necessidade de constante modernização. A atual limitação de capital reduz a capacidade da empresa de acompanhar essas transformações e competir em igualdade de condições com fabricantes de maior porte.

A companhia também enfrenta dificuldades para contratar com grandes clientes, cujas exigências financeiras, técnicas, documentais e operacionais demandam elevada capacidade de investimento, oferta de garantias e condições comerciais mais extensas. Essa restrição limita o acesso a projetos de maior valor e reduz a possibilidade de diluição dos custos fixos.

Atualmente, o grupo apresenta elevado endividamento e opera com margens de lucro inferiores a 5%, situação agravada pela perspectiva de redução das vendas. Esse nível de rentabilidade é insuficiente para absorver aumentos nos custos de matérias-primas, mão de obra, logística, encargos financeiros e atualização tecnológica, especialmente em uma atividade industrial que exige desembolsos antecipados e possui ciclos produtivos prolongados.

A crise da Icomalpi e da Primos decorre, portanto, da sobreposição de fatores como os investimentos realizados na construção da nova matriz, a utilização do capital de giro, a retração do setor de geração de energia, a expansão das unidades operacionais, as alterações societárias e as crescentes exigências do mercado. Esses elementos provocaram um descompasso entre o passivo acumulado e a capacidade corrente de geração de caixa.

Não se trata, contudo, de ausência de mercado ou de inviabilidade da atividade empresarial. O grupo mantém estrutura produtiva, experiência técnica, reputação comercial e capacidade de atuação em setores estratégicos da economia. Sua dificuldade está concentrada no endividamento acumulado e na insuficiência de recursos para financiar adequadamente suas operações e os investimentos necessários à manutenção da competitividade.

Nesse cenário, a Recuperação Judicial apresenta-se como instrumento adequado para o equacionamento do passivo, a reorganização do fluxo de caixa e a preservação da atividade produtiva. A renegociação ordenada das obrigações permitirá direcionar recursos à manutenção das operações, à recomposição do capital de giro e à modernização da empresa.

Com a implementação de medidas de controle financeiro, redução de custos, aperfeiçoamento da gestão e priorização de contratos mais rentáveis, o grupo possui condições de superar a crise, restabelecer seu equilíbrio econômico e preservar sua função social, os postos de trabalho e as relações mantidas com fornecedores, clientes e credores.

4. Ativos Imobilizados

Os documentos contábeis se encontram disponibilizados no Laudo de Avaliação de Ativos do Plano de Recuperação Judicial.

5. Quadro de credores

CLASSES	VALOR DOS CRÉDITOS	% REPRESENT
Classe I	R\$ 1.749.502,16	49,56%
Classe III	R\$ 801.946,17	22,72%
Classe IV	R\$ 978.780,39	27,73%
	R\$ 3.530.228,72	100%

6. Projeções econômicas e financeiras

As projeções apresentadas foram elaboradas com base no histórico operacional da empresa nos últimos anos, aliadas ao conhecimento técnico dos sócios, gestores e demais profissionais envolvidos, além de dados de mercado, controles gerenciais internos, estimativas de inflação e comportamento de consumo.

Os demonstrativos abrangem os fluxos operacionais, investimentos e provisões para desembolso relativas aos credores incluídos no processo de recuperação judicial, de modo a refletir adequadamente os resultados líquidos esperados com a continuidade das operações.

Optou-se por adotar premissas conservadoras na elaboração das projeções, em razão do cenário de instabilidade enfrentado pelas *Recuperandas*, bem como das incertezas do ambiente econômico e do alto grau de competitividade do mercado, entre outros fatores.

A seguir, será apresentada a projeção gráfica das receitas estimadas para os próximos exercícios, considerando uma abordagem conservadora, levando em conta as especificidades do negócio, o contexto econômico atual – tanto nacional quanto internacional –, além das possíveis oscilações cambiais e demais variáveis relevantes.

Considera-se tal postura como prudente e necessária para mitigar riscos e viabilizar o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito da recuperação judicial, abrangendo tanto as operações econômicas regulares das empresas quanto os passivos não sujeitos à recuperação.

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

A elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) projetada do grupo foi estruturada com base em premissas econômicas, financeiras e operacionais compatíveis com a realidade da empresa no exercício de 2025. O horizonte de projeção compreende dezoito anos, permitindo avaliar a evolução da atividade empresarial, a capacidade de geração de resultados e a viabilidade do cumprimento das obrigações decorrentes do processo de recuperação judicial.

A receita operacional foi projetada a partir dos valores realizados em 2025, considerando-se crescimento nominal de 3% ao ano até o quinto exercício. A partir desse período, adotou-se a estabilização do faturamento, em postura conservadora e compatível com as atuais condições mercadológicas da empresa, especialmente diante das reduzidas margens operacionais e das dificuldades de acesso a contratos de maior porte. A metodologia não pressupõe expansão extraordinária das vendas, mas uma recuperação gradual e sustentável das operações.

Os custos variáveis foram projetados com base nos valores apurados em 2025, acompanhando proporcionalmente o crescimento da receita. Essa correlação preserva a coerência entre a evolução do faturamento e os gastos diretamente vinculados à produção e à comercialização de máquinas e equipamentos, permitindo uma estimativa mais realista da margem de contribuição ao longo do período analisado.

Quanto aos custos e às despesas fixas, foram considerados os valores de 2025, reajustados em 3% ao ano até o quinto exercício e mantidos estáveis nos anos seguintes. A premissa reflete a necessidade de absorção dos aumentos operacionais e inflacionários no período inicial, acompanhada de medidas de controle, racionalização administrativa e contenção de despesas no decorrer da reestruturação empresarial.

As despesas com mão de obra foram projetadas com base no quadro funcional previsto para 2026, aplicando-se incremento anual de 5% até o quinto ano e estabilidade posterior. O percentual adotado busca contemplar reajustes salariais, encargos trabalhistas, dissídios coletivos e a necessidade de manutenção de profissionais técnicos qualificados, especialmente diante da escassez de mão de obra especializada no setor metalúrgico.

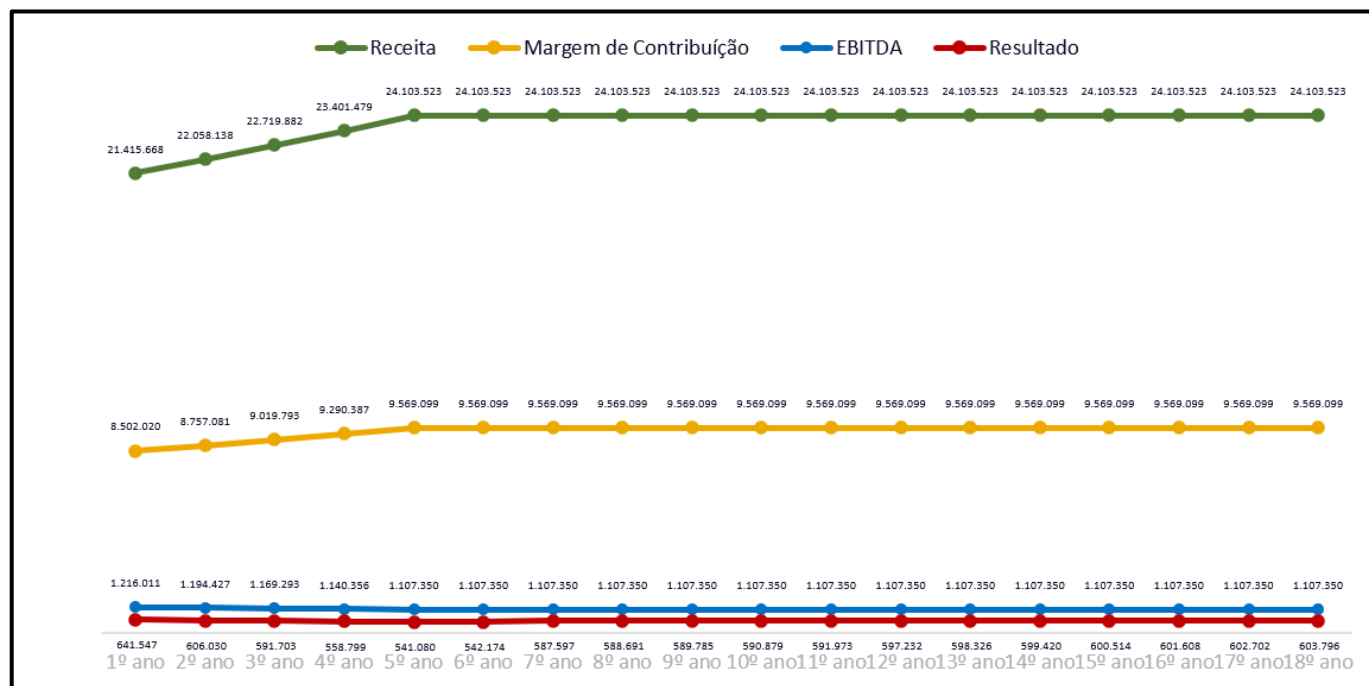
No tocante à tributação, a projeção considera os tributos incidentes sobre as vendas, bem como as provisões relativas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme demonstrado na própria DRE. Dessa forma, os resultados apresentados já contemplam os principais impactos fiscais vinculados ao faturamento e à geração de lucro da companhia.

CONTA	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	TOTAL	%
(=) RECEITA BRUTA DE VENDAS	21.415.668	22.058.138	22.719.882	23.401.479	24.103.523	24.103.523	24.103.523	24.103.523	24.103.523	24.103.523	24.103.523	24.103.523	24.103.523	24.103.523	24.103.523	24.103.523	24.103.523	24.103.523	427.044.489	100%
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS	(3.512.170)	(3.617.535)	(3.726.061)	(3.837.842)	(3.952.978)	(3.952.978)	(3.952.978)	(3.952.978)	(3.952.978)	(3.952.978)	(3.952.978)	(3.952.978)	(3.952.978)	(3.952.978)	(3.952.978)	(3.952.978)	(3.952.978)	(3.952.978)	(26.109.523)	-16,4%
(-) DESPESAS VARIÁVEIS DE VENDA	(321.235)	(330.872)	(340.798)	(351.022)	(361.553)	(361.553)	(361.553)	(361.553)	(361.553)	(361.553)	(361.553)	(361.553)	(361.553)	(361.553)	(361.553)	(361.553)	(361.553)	(361.553)	(6.405.667)	-3,0%
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17.582.263	18.109.731	18.653.023	19.212.614	19.788.992	19.788.992	19.788.992	19.788.992	19.788.992	19.788.992	19.788.992	19.788.992	19.788.992	19.788.992	19.788.992	19.788.992	19.788.992	19.788.992	350.603.525	82,1%
(-) CPV	(9.080.243)	(9.352.651)	(9.633.230)	(9.922.227)	(10.219.894)	(10.219.894)	(10.219.894)	(10.219.894)	(10.219.894)	(10.219.894)	(10.219.894)	(10.219.894)	(10.219.894)	(10.219.894)	(10.219.894)	(10.219.894)	(10.219.894)	(10.219.894)	(81.066.863)	-42,4%
(=) MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	8.502.020	8.757.081	9.019.793	9.290.387	9.569.099	9.569.099	9.569.099	9.569.099	9.569.099	9.569.099	9.569.099	9.569.099	9.569.099	9.569.099	9.569.099	9.569.099	9.569.099	9.569.099	169.536.662	39,7%
(-) MÃO-DE-OBRA	(1.723.624)	(1.809.805)	(1.900.295)	(1.995.310)	(2.095.075)	(2.095.075)	(2.095.075)	(2.095.075)	(2.095.075)	(2.095.075)	(2.095.075)	(2.095.075)	(2.095.075)	(2.095.075)	(2.095.075)	(2.095.075)	(2.095.075)	(2.095.075)	(16.760.086)	-4,4%
(-) CUSTO FIXO	(3.725.625)	(3.837.394)	(3.952.516)	(4.071.091)	(4.193.224)	(4.193.224)	(4.193.224)	(4.193.224)	(4.193.224)	(4.193.224)	(4.193.224)	(4.193.224)	(4.193.224)	(4.193.224)	(4.193.224)	(4.193.224)	(4.193.224)	(4.193.224)	(74.291.762)	-17,4%
(=) MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO II	3.052.771	3.109.882	3.166.982	3.223.986	3.280.799	3.280.799	3.280.799	3.280.799	3.280.799	3.280.799	3.280.799	3.280.799	3.280.799	3.280.799	3.280.799	3.280.799	3.280.799	3.280.799	58.484.815	13,7%
(-) MÃO-DE-OBRA INDIRETA	(1.179.584)	(1.238.563)	(1.300.491)	(1.365.516)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	(25.157.231)	-3,8%
(-) DESPESAS FIXAS	(657.177)	(676.892)	(697.199)	(718.115)	(739.658)	(739.658)	(739.658)	(739.658)	(739.658)	(739.658)	(739.658)	(739.658)	(739.658)	(739.658)	(739.658)	(739.658)	(739.658)	(739.658)	(13.104.600)	-3,1%
(=) RESULT. OPERACIONAL (EBITDA)	1.216.011	1.194.427	1.169.293	1.140.356	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	20.222.964	4,7%
(v/-) RESULTADO ANTES DEP.	(75.490)	(116.216)	(116.216)	(145.006)	(143.087)	(141.167)	(61.477)	(59.558)	(57.639)	(55.719)	(53.800)	(44.575)	(42.656)	(40.736)	(38.817)	(36.898)	(34.979)	(33.059)	(1.297.097)	-0,3%
(-) DEPRECIAÇÃO	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(270.000)	-0,1%
(=) RESULT. ANTES DOS IMPOSTOS	1.125.521	1.063.211	1.038.076	990.350	949.263	951.183	1.030.872	1.042.792	1.049.711	1.051.630	1.053.550	1.062.775	1.064.694	1.066.613	1.068.533	1.070.452	1.072.371	1.074.291	18.925.887	4,4%
(-) IRPJ	(382.677)	(361.492)	(352.946)	(333.319)	(322.749)	(323.402)	(350.497)	(351.149)	(351.802)	(352.454)	(353.107)	(356.243)	(356.896)	(357.549)	(358.201)	(358.854)	(359.506)	(360.159)	(6.343.002)	-1,9%
(-) CSLL	(101.297)	(95.689)	(93.427)	(88.231)	(85.434)	(85.606)	(92.779)	(92.951)	(93.124)	(93.297)	(93.469)	(94.000)	(94.472)	(94.645)	(94.818)	(94.991)	(95.163)	(95.336)	(1.679.030)	-0,4%
(=) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	641.547	606.030	591.703	558.799	541.080	542.174	542.174	542.174	542.174	542.174	542.174	542.174	542.174	542.174	542.174	542.174	542.174	542.174	9.987.422	2,3%

O resultado financeiro compreende as despesas bancárias e financeiras necessárias à manutenção das atividades empresariais, além dos encargos relacionados às obrigações submetidas à recuperação judicial e à renegociação dos débitos tributários. Essa composição permite mensurar o impacto do endividamento sobre a geração de resultado durante o período de reorganização.

Não foram incluídos passivos extraconcursais adicionais além daqueles expressamente apresentados no fluxo de caixa projetado. Ressalta-se, contudo, que as obrigações mantidas perante o Banco do Brasil e o Sicoob encontram-se integralmente vencidas e dependem de renegociação específica. A empresa busca negociar essas dívidas em condições compatíveis com sua efetiva capacidade de pagamento, de modo a evitar o comprometimento da continuidade operacional e do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial.

As projeções demonstram crescimento gradual da receita nos primeiros cinco anos, seguido de estabilização nos exercícios posteriores. A margem de contribuição, o EBITDA e o resultado líquido acompanham essa evolução, evidenciando a capacidade de geração operacional da empresa, desde que sejam preservadas as premissas de controle de custos, manutenção do faturamento e renegociação das obrigações financeiras em condições adequadas.



O modelo adotado apresenta caráter prudente, uma vez que não considera crescimento expressivo após o quinto ano nem receitas extraordinárias. Assim, a DRE projetada indica que a continuidade do grupo e o cumprimento de suas obrigações dependem da reorganização do passivo, da recomposição do capital de giro, da manutenção da disciplina financeira e da preservação de sua capacidade produtiva durante os dezoito anos analisados.

6.1 Considerações sobre as projeções

I — No primeiro ano projetado, o grupo econômico formado pela Icomalpi e pela Primos Equipamentos estima receita bruta de aproximadamente R\$ 21,42 milhões, EBITDA de R\$ 1,22 milhão e resultado líquido de R\$ 641,55 mil. As margens EBITDA e líquida correspondem a 5,68% e 3,00% da receita bruta, respectivamente, demonstrando capacidade de geração operacional positiva desde o início do período analisado.

II — Entre o primeiro e o quinto ano, a receita bruta apresenta crescimento nominal de 3% ao ano, atingindo cerca de R\$ 24,10 milhões. Embora haja expansão do faturamento, o EBITDA sofre redução gradual, passando de R\$ 1,22 milhão para R\$ 1,11 milhão, com compressão da margem de 5,68% para 4,59%. Esse comportamento decorre, principalmente, da elevação dos custos com mão de obra em ritmo superior ao crescimento das receitas.

III — O resultado líquido permanece positivo durante todo o horizonte projetado. No período inicial, passa de R\$ 641,55 mil no primeiro ano para R\$ 541,08 mil no quinto ano. A partir do sexto exercício, estabiliza-se em aproximadamente R\$ 542,17 mil anuais, valor equivalente a cerca de 2,25% da receita bruta.

IV — Do quinto ano em diante, a receita bruta e o EBITDA permanecem estabilizados em aproximadamente R\$ 24,10 milhões e R\$ 1,11 milhão, respectivamente. Nesse período, a redução gradual das despesas financeiras contribui para preservar o resultado líquido e manter a geração de caixa em níveis compatíveis com a continuidade das operações.

V — No acumulado dos dezoito anos, as projeções indicam receita bruta total de aproximadamente R\$ 427,04 milhões, EBITDA de R\$ 20,22 milhões e resultado líquido de R\$ 9,99 milhões. As margens acumuladas correspondem a 4,74% para o EBITDA e 2,34% para o resultado líquido, evidenciando uma operação rentável, ainda que com margens reduzidas.

VI — A concretização dos resultados projetados está condicionada à manutenção das premissas de faturamento, custos e despesas, bem como à regularidade no pagamento dos tributos correntes e ao cumprimento das condições estabelecidas no Plano de Recuperação Judicial. Eventuais desvios relevantes poderão comprometer a capacidade financeira prevista.

VII — Os principais riscos concentram-se nos primeiros seis anos, especialmente em razão da redução da margem operacional, do crescimento dos custos de mão de obra e da necessidade de compatibilizar os desembolsos financeiros com a geração de caixa. Esse período exigirá controle rigoroso de custos, gestão eficiente do capital de giro e acompanhamento permanente do fluxo financeiro, a fim de preservar a viabilidade da empresa e assegurar o cumprimento do processo de reestruturação.

Fluxo de Caixa Projetado

O fluxo de caixa projetado do grupo foi elaborado em conformidade com as premissas estabelecidas no Plano de Recuperação Judicial, contemplando os pagamentos destinados aos credores concursais, as obrigações decorrentes da renegociação tributária e os demais encargos financeiros previstos ao longo dos dezoito anos de projeção.

A atualização monetária dos créditos sujeitos à recuperação judicial considera encargos de 6% ao ano, acrescidos da variação estimada da Taxa Referencial — TR. Para fins de projeção, foi adotada como referência a taxa observada nos últimos 12 meses, ressaltando-se que seu comportamento futuro poderá variar durante o período analisado.

A projeção foi estruturada pelo método indireto, com a segregação entre o fluxo de caixa operacional e o fluxo de caixa de financiamentos. O fluxo operacional corresponde ao EBITDA deduzido das provisões de IRPJ e CSLL, evidenciando a capacidade de geração de recursos pelas atividades da empresa antes dos desembolsos relacionados ao endividamento.

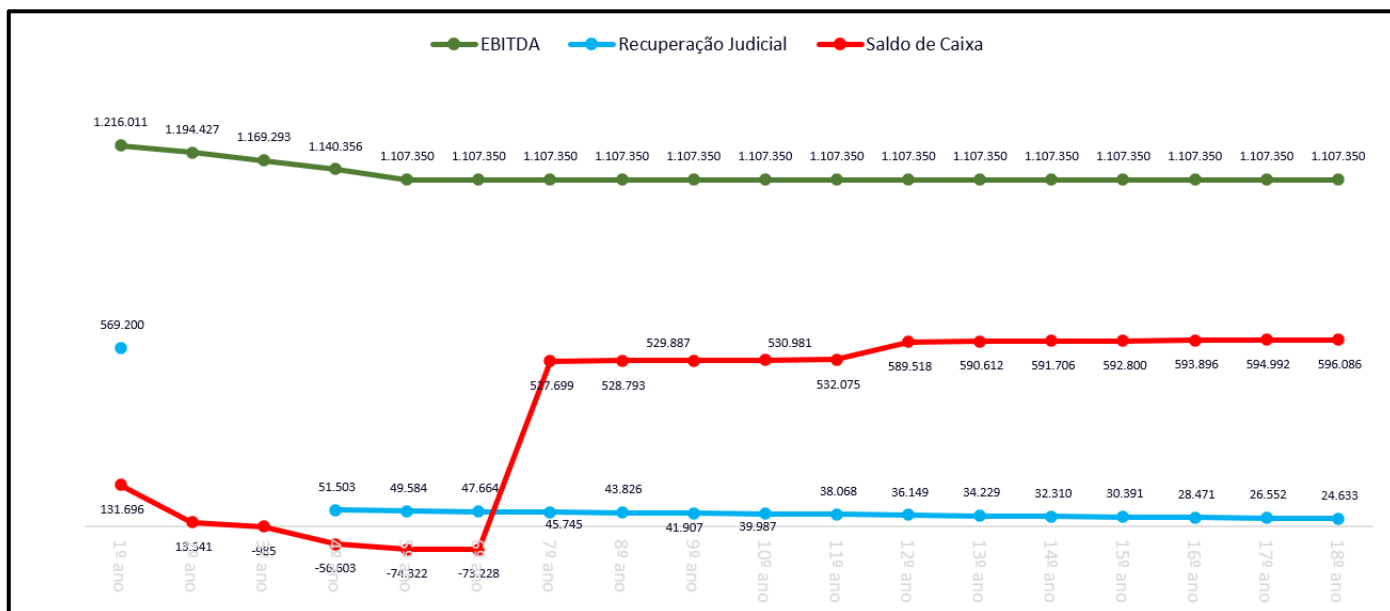
O fluxo de caixa de financiamentos contempla as amortizações dos passivos, os pagamentos previstos no Plano de Recuperação Judicial, a renegociação tributária, os encargos financeiros e as demais despesas recorrentes vinculadas à estrutura financeira da companhia.

Conforme demonstrado na projeção, a geração operacional de caixa permanece positiva ao longo de todo o período. Mesmo após os desembolsos financeiros e as amortizações previstas, o saldo final de caixa mantém-se positivo, com formação gradual de disponibilidade acumulada.

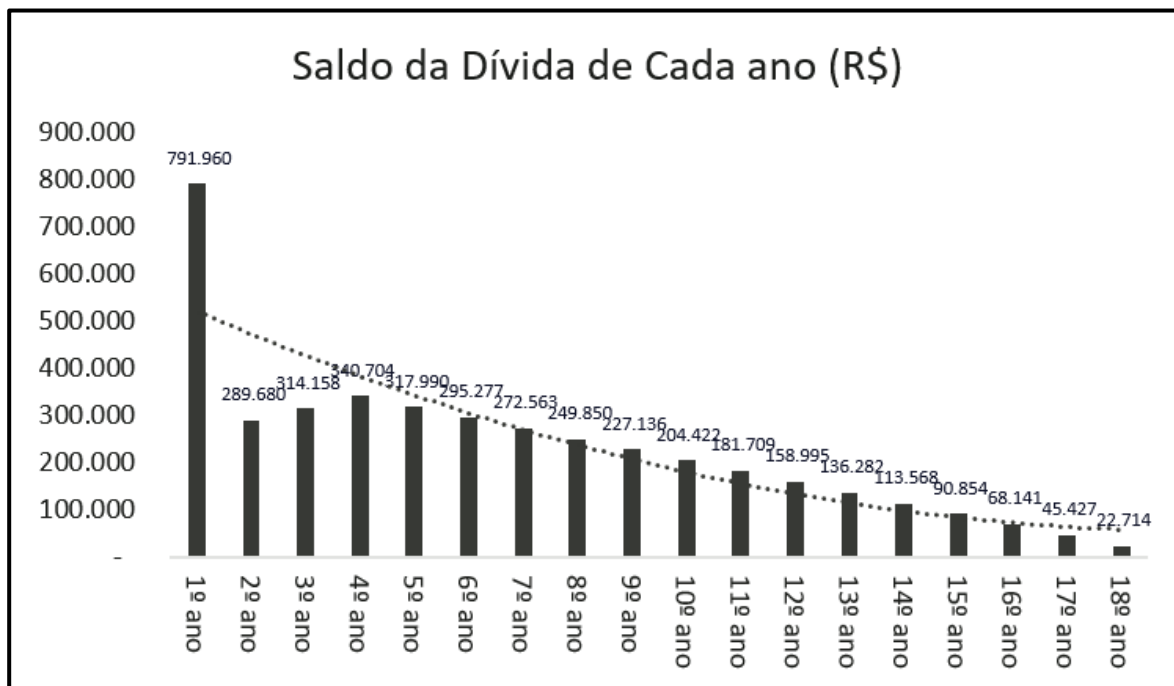
Dessa forma, o fluxo projetado indica capacidade de cumprimento das obrigações previstas no plano, desde que sejam preservadas as premissas de faturamento, controle de custos, regularidade tributária e disciplina na gestão financeira do grupo.

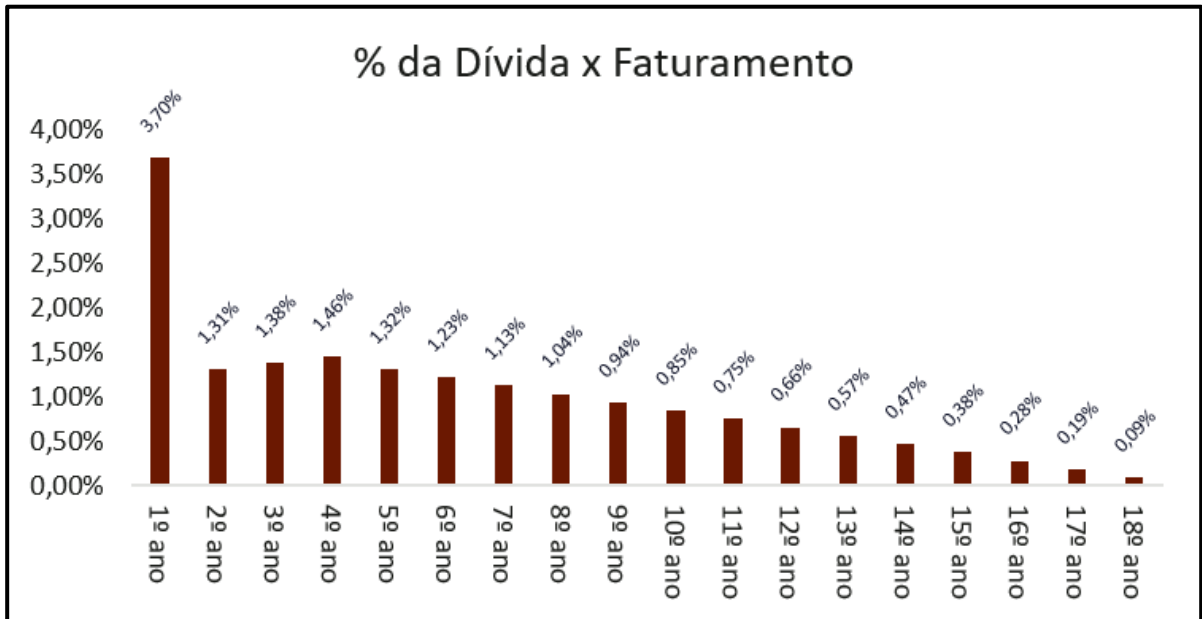
FLUXO DE CAIXA	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18
(+) EBITDA	1.216.811	1.194.427	1.169.293	1.140.356	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350
(-) IRPJ E CSLL	(483.974)	(457.181)	(446.373)	(421.550)	(408.183)	(409.008)	(443.275)	(444.100)	(444.926)	(445.751)	(446.576)	(450.543)	(451.368)	(452.194)	(453.019)	(453.844)	(454.670)	(455.495)
(+) FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL	732.837	737.247	722.920	718.805	699.167	698.341	664.075	663.249	662.424	661.599	660.773	656.807	655.981	655.156	654.331	653.505	652.680	651.855
(-) AMORTIZAÇÕES	(524.851)	(607.689)	(607.689)	(630.402)	(630.402)	(630.402)	(74.898)	(74.898)	(74.898)	(74.898)	(74.898)	(22.714)	(22.714)	(22.714)	(22.714)	(22.712)	(22.710)	(22.710)
(-) RENEGOCIÇÃO TRIBUTÁRIA	-	(607.689)	(607.689)	(607.689)	(607.689)	(607.689)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	-	-	-	-	-	-	-
Parcelamento PGFN IN 6.757/22	-	(603.201)	(603.201)	(603.201)	(603.201)	(603.201)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	-	-	-	-	-	-	-
Parcelamento Ordinário da SEF/SC	-	(4.488)	(4.488)	(4.488)	(4.488)	(4.488)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) RECUPERAÇÃO JUDICIAL	(524.851)	-	-	(22.714)	(22.714)	(22.714)	(22.714)	(22.714)	(22.714)	(22.714)	(22.714)	(22.714)	(22.714)	(22.714)	(22.714)	(22.714)	(22.714)	(22.714)
Classe I	(524.851)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Classe III	-	-	-	(10.286)	(10.286)	(10.286)	(10.286)	(10.286)	(10.286)	(10.286)	(10.286)	(10.286)	(10.286)	(10.286)	(10.286)	(10.286)	(10.286)	(10.286)
Classe IV	-	-	-	(12.428)	(12.428)	(12.428)	(12.428)	(12.428)	(12.428)	(12.428)	(12.428)	(12.428)	(12.428)	(12.428)	(12.428)	(12.428)	(12.428)	(12.428)
(-) DESP. FINANCEIRAS	(75.490)	(116.216)	(116.216)	(145.006)	(143.087)	(141.167)	(61.477)	(59.558)	(57.639)	(55.719)	(53.800)	(44.575)	(42.656)	(40.736)	(38.817)	(36.898)	(34.979)	(33.059)
(-) RENEGOCIÇÃO TRIBUTÁRIA	-	(85.076)	(85.076)	(85.076)	(85.076)	(85.076)	(7.306)	(7.306)	(7.306)	(7.306)	(7.306)	-	-	-	-	-	-	-
(-) RECUPERAÇÃO JUDICIAL	(44.350)	-	-	(28.789)	(26.870)	(24.951)	(23.032)	(21.112)	(19.193)	(17.274)	(15.354)	(13.435)	(11.516)	(9.596)	(7.677)	(5.758)	(3.839)	(1.919)
(-) OUTRAS DESPESAS	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)
(+) FLUXO DE CAIXA FINANCIAMENTOS	(600.340)	(723.905)	(723.905)	(775.408)	(773.489)	(771.570)	(136.375)	(134.456)	(132.537)	(130.617)	(128.698)	(67.289)	(65.369)	(63.450)	(61.531)	(59.609)	(57.688)	(55.769)
(+) FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO	131.696	131.541	985	56.603	74.322	71.228	527.699	528.793	529.887	530.981	532.075	529.518	529.612	531.706	532.800	533.894	534.982	536.080
(+) SALDO INICIAL	-	131.696	145.038	144.053	87.450	13.127	(60.101)	467.598	996.392	1.526.279	2.057.261	2.589.336	3.178.854	3.769.466	4.361.172	4.953.972	5.547.868	6.142.860
(+) FLUXO DE CAIXA ACUMULADO	131.696	145.038	144.053	87.450	13.127	(60.101)	467.598	996.392	1.526.279	2.057.261	2.589.336	3.178.854	3.769.466	4.361.172	4.953.972	5.547.868	6.142.860	6.738.946

Análise do Fluxo de Caixa

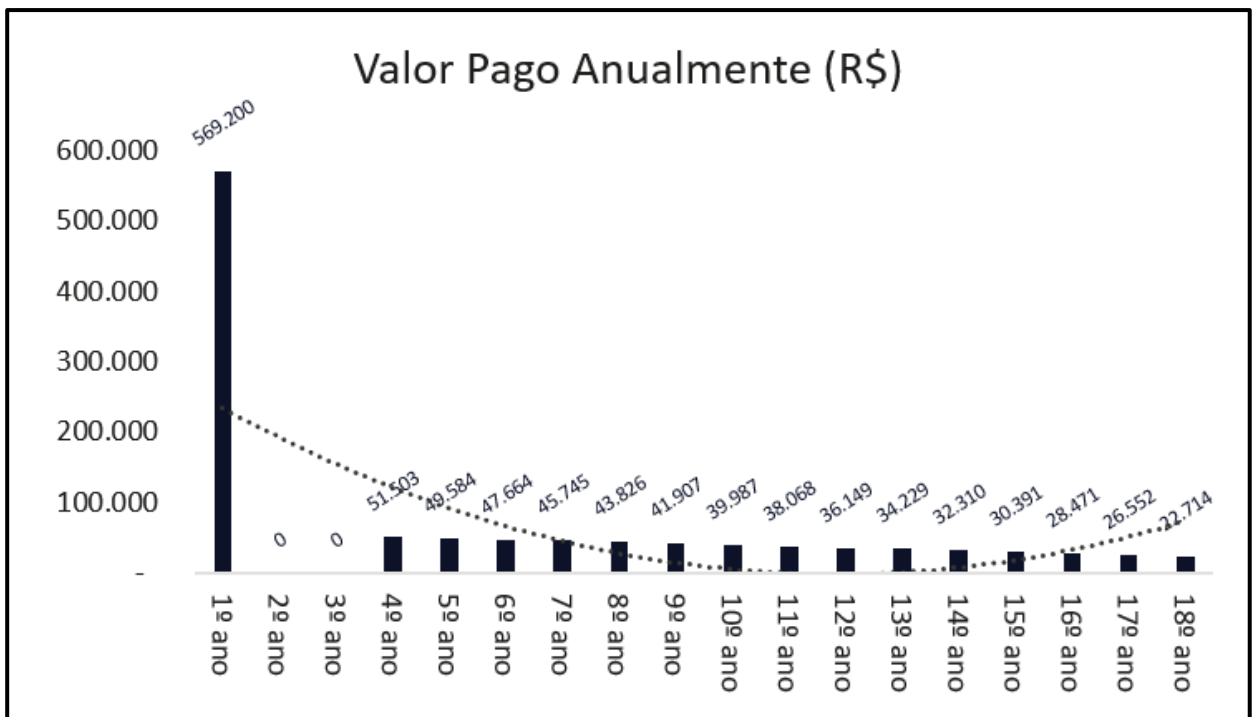


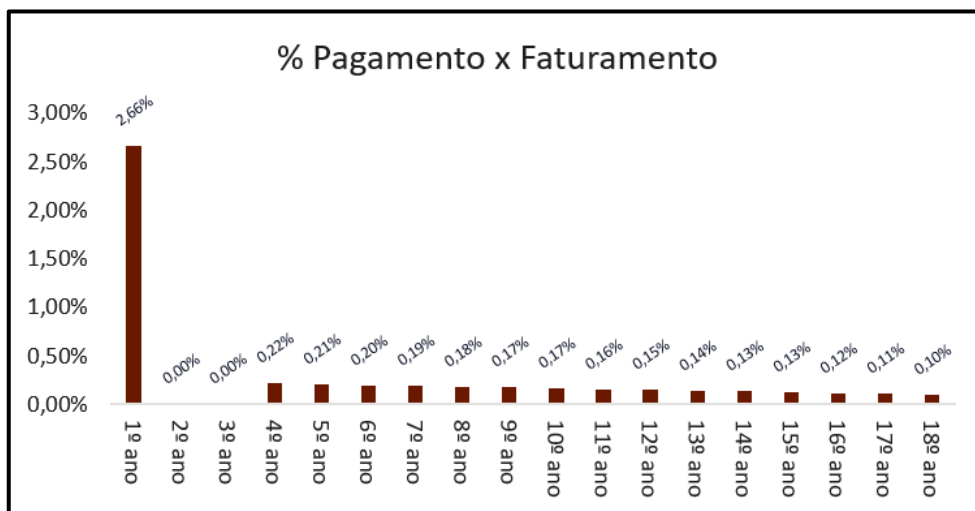
Saldo da Dívida a Cada ano





Valor destinado a Pagamento de Credores





7. Considerações finais

O presente laudo de viabilidade econômico-financeira foi elaborado com base nas informações disponibilizadas pela administração da Icomalpi e da Primos Equipamentos, bem como nos dados contábeis, operacionais e financeiros apresentados. As análises foram complementadas por projeções de resultado e de fluxo de caixa estruturadas a partir de premissas compatíveis com a realidade atual das empresas e com as condições do setor metalmecânico. Os dados fornecidos são de responsabilidade da administração e não foram submetidos a procedimento formal de auditoria independente.

As projeções da Demonstração do Resultado do Exercício e do Fluxo de Caixa foram construídas de forma prudente, considerando crescimento nominal da receita de 3% ao ano até o quinto exercício e posterior estabilização. No primeiro ano, estima-se receita bruta de R\$ 21,42 milhões, EBITDA de R\$ 1,22 milhão e resultado líquido de R\$ 641,55 mil. Embora haja redução gradual da margem operacional até o quinto ano, em razão do crescimento mais acelerado dos custos de mão de obra, o resultado líquido permanece positivo durante todo o período projetado.

A partir do quinto exercício, a receita bruta estabiliza-se em aproximadamente R\$ 24,10 milhões, enquanto o EBITDA permanece próximo de R\$ 1,11 milhão. A redução progressiva das despesas financeiras contribui para preservar a rentabilidade da operação, com resultado líquido anual estabilizado em cerca de R\$ 542,17 mil. No acumulado dos dezoito anos, projeta-se receita bruta de R\$ 427,04 milhões, EBITDA de R\$ 20,22 milhões e resultado líquido de R\$ 9,99 milhões.

O fluxo de caixa evidencia maior pressão financeira nos seis primeiros anos, período em que se concentram os pagamentos tributários, concursais e demais obrigações financeiras. O saldo acumulado atinge seu ponto mínimo no sexto ano, com necessidade máxima estimada de cobertura de aproximadamente R\$ 60,10 mil, caso a empresa não disponha de saldo inicial ou de linha de capital de giro.

A partir do sétimo ano, com a redução substancial das amortizações tributárias, o fluxo líquido anual supera R\$ 527 mil, permitindo a recomposição do saldo acumulado ainda no mesmo exercício. Ao final do décimo oitavo ano, a projeção indica disponibilidade acumulada de aproximadamente R\$ 6,74 milhões.

Os desembolsos de principal relacionados à recuperação judicial totalizam cerca de R\$ 865,55 mil. Considerados os encargos financeiros específicos, o fluxo total destinado ao cumprimento das obrigações concursais alcança aproximadamente R\$ 1,14 milhão. Os créditos sujeitos ao plano foram projetados com encargos de 6% ao ano, acrescidos da variação estimada da TR, conforme as condições previstas no Plano de Recuperação Judicial.

Também foram consideradas as obrigações decorrentes da renegociação tributária, os tributos correntes e as provisões de IRPJ e CSLL. As dívidas vencidas perante o Banco do Brasil e o Sicoob permanecem sujeitas a negociação específica, devendo eventual acordo observar a efetiva capacidade de pagamento demonstrada pelo fluxo de caixa, de modo a não comprometer a continuidade das operações e o cumprimento do plano.

A crise econômico-financeira da Icomalpi e da Primos Equipamentos decorre de fatores acumulados ao longo dos últimos anos, especialmente dos investimentos realizados na implantação da atual estrutura industrial, da utilização de capital de giro na construção do barracão, da retração do setor de geração de energia, da expansão das unidades operacionais, das alterações societárias e das crescentes exigências tecnológicas e competitivas do mercado.

Apesar dessas dificuldades, as empresas mantêm estrutura produtiva, conhecimento técnico, reputação comercial e capacidade de atuação em setores relevantes da economia. As projeções indicam que a atividade operacional possui potencial para gerar resultados positivos e suportar o processo de reestruturação, desde que sejam preservadas as premissas de faturamento, custos, regularidade tributária e disciplina financeira.

Os primeiros seis anos constituem o período mais sensível do horizonte projetado e exigirão controle rigoroso do capital de giro, acompanhamento permanente dos custos, gestão criteriosa dos desembolsos e eventual disponibilização de recursos para cobertura do déficit temporário estimado. A correta execução dessas medidas será determinante para assegurar a continuidade operacional e o cumprimento das obrigações previstas.

Diante das informações apresentadas e das análises realizadas, conclui-se que a Icomalpi e a Primos Equipamentos apresentam viabilidade econômico-financeira, desde que implementadas as medidas de reorganização previstas e mantidas as premissas consideradas nas projeções. A recuperação judicial mostra-se adequada para permitir o equacionamento do passivo, a preservação da atividade produtiva, a manutenção dos postos de trabalho e a continuidade da função econômica e social desempenhada pelo grupo.

Xanxerê/SC, 30 de julho de 2026.

LFBoff Assessoria Estratégica

Luiz Fernando Boff
Economista
Corecon/SC 3.768

LFBoff Assessoria Estratégica

Renato Guindani
Contador
CRC/SC 031884/0-7